


ruep

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa
v. 21, n. 65, out./dez. 2024
ISSN 2318-2083 (eletrônico)

FABIO LUCIANO PACHECO DA SILVA

*Universidade Estadual de Feira de Santana,
UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil.*

TATIANE DE OLIVEIRA SILVA ALENCAR

*Universidade Estadual de Feira de Santana,
UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil.*

AMANDA LEITE NOVAES

*Universidade Estadual de Feira de Santana,
UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil.*

**LUCIANE CRISTINA FELTRIN DE
OLIVEIRA**

*Universidade Estadual de Feira de Santana,
UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil.*

HELLEN GOMES CONCEIÇÃO SILVA

*Universidade Estadual de Feira de Santana,
UEFS, Feira de Santana, BA, Brasil.*

*Recebido em novembro de 2024.
Aprovado em dezembro de 2024.*

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

RESUMO

Este estudo analisou a inserção das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nos cursos de graduação em saúde de uma universidade pública. Foi realizada pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo documental, na qual foram analisados os projetos pedagógicos de cursos de graduação em saúde e também as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cinco cursos de saúde ofertados pela instituição de ensino. Os resultados revelaram inserção parcial do tema nas estruturas curriculares, com predomínio de disciplinas optativas e escassez dessas práticas no âmbito da pesquisa e da extensão. Os currículos analisados precisam ser revistos para maior inserção das PICS e, assim, contribuir para a formação de profissionais de saúde, tendo em vista a integralidade da atenção à saúde.

Palavras-Chave: terapias complementares. educação em saúde. universidade.

INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY PRACTICES IN HEALTH TRAINING

ABSTRACT

This study analyzed the insertion of Integrative and Complementary Health Practices (ICPs) in undergraduate health courses at a public university. Research was carried out with a qualitative, documental approach, in which the pedagogical projects of undergraduate courses in health and also the National Curriculum Guidelines (DCN) of each selected course were analyzed. The results revealed partial insertion of the theme in the curricular structures, with a predominance of elective courses and scarcity of these practices in the scope of research and extension. The findings had limitations compared to the documents analyzed, as some of them were not updated in light of the current DCN, clashing with the new conceptions of health training. The study contributed to highlighting that the health curricula in the analyzed institution need to be revised to better include PICS in their content and, thus, contribute to the training of health professionals with a holistic and comprehensive view of the health-disease process, with a view to comprehensive health care.

Keywords: complementary therapies. health education. university.

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa

Rua Dr. Armando de Salles Oliveira, 150
Boqueirão - Santos - São Paulo
11050-071

<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep>
revista.unilus@lusiada.br

Fone: +55 (13) 3202-4100

INTRODUÇÃO

Sabe-se que desde os primórdios da humanidade, as pessoas utilizam práticas terapêuticas para o alívio de suas dores e desequilíbrios, conforme suas tradições populares. Com o passar dos anos, essas terapêuticas foram sendo substituídas pelas práticas da medicina convencional, devido principalmente, ao advento tecnológico e das grandes indústrias farmacêuticas com a descoberta e desenvolvimento de novos fármacos (PEREIRA, et al., 2021).

Desde a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, o Brasil tem vivenciado uma transformação significativa em seu sistema de saúde, sob orientação dos princípios de universalidade, integralidade e equidade (BRASIL, 2006). No entanto, mesmo com um sistema universal e gratuito, observa-se que a estruturação dos serviços de saúde, os processos de trabalho e a formação em saúde ainda refletem predominantemente a racionalidade biomédica (FILARDI; PASSOS; RAMALHO-DE-OLIVEIRA, 2021).

Neste contexto, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) surgem como um conjunto complexo de sistemas médicos e recursos terapêuticos, fundamentados na racionalidade vitalista, na integralidade e na singularidade do processo saúde-doença-cuidado (SILVA et al., 2020). Tais práticas integrativas objetivam estimular a utilização de métodos naturais na promoção e recuperação da saúde, visando a formação de um vínculo terapêutico a partir de uma escuta acolhedora, valorização das histórias de vida e promoção da autonomia (PEREIRA, et al., 2021). Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS), apoiando a importância dessas práticas, endossa sua utilização e integração aos sistemas nacionais de saúde, promovendo políticas e regulamentações para ampliar seu acesso e uso racional (WHO, 2013).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída em 2006, foi um marco ao priorizar a inserção das PICS na Atenção Primária à Saúde (APS), alinhando-as à abordagem holística da Estratégia de Saúde da Família (BRASIL, 2006). As PICS são recursos terapêuticos que fortalecem o cuidado ofertado no SUS e ampliam a percepção da população para no sentido da autonomia e do autocuidado, (BRASIL, 2024)

A PNPIC, instituída pela portaria nº 971 de 3 de maio de 2006, trouxe diretrizes norteadoras para as práticas de Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Medicina Antroposófica e Termalismo Social/Crenoterapia, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Por conseguinte, a Portaria nº 849, de 27 de março de 2017, reitera à PNPIC e institui, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga como Práticas Integrativas e Complementares.

Nesse mesmo sentido, a atualização mais recente à PNPIC, complementa-se por meio da Portaria nº 702, de 21 de março de 2018, que inclui novas práticas de Aromaterapia, Apiterapia, Bioenergética, Constelação Familiar, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de Mãos, Ozonioterapia e Terapia de Florais à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do SUS. Totalizando 29 Práticas Integrativas e Complementares (PICS) à população de forma gratuita e integral.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde desempenham um papel abrangente no SUS e podem ser incorporadas em todos os níveis da Rede de Atenção à Saúde, com foco principal na Atenção Primária, onde possui maior potencial de atuação. Uma das ideias centrais dessas terapêuticas é uma visão ampliada do processo saúde e doença, assim como a promoção, recuperação e o cuidado integral do ser humano, especialmente do autocuidado. As indicações às práticas se baseiam no indivíduo como um todo, levando em conta seus aspectos físicos, emocionais, mentais e sociais (BRASIL, 2024).

Vale destacar que estados e municípios brasileiros têm elaborado suas próprias políticas, num movimento de fortalecimento e implementação das PICS nos serviços de saúde. Atualmente, as PICS estão presentes em 54% dos municípios, distribuídos pelos 27 estados e Distrito Federal e todas as capitais brasileiras (BRASIL, 2024). Particularmente na Bahia, tem-se a Política Estadual de Práticas Integrativas em Saúde na Bahia (PEPICS-BA), que categorizou a oferta de cuidados em cinco grupos: Sistemas Médicos Complexos, Práticas Corporais e Vivências Integrativas, Práticas Energéticas/Vibracionais e Meditativas/Contemplativas, Terapias baseadas em produtos naturais/Plantas Medicinais, Práticas Tradicionais e Populares (BAHIA, 2021).

Apesar dos avanços na legitimação e implementação das PICS, a formação de recursos humanos para o exercício das práticas em nosso país é considerada insuficiente e difusa, com limitações tanto na oferta quanto na qualidade do ensino profissional (NASCIMENTO, et al., 2018). Silva e colaboradores (2021), reforça essa constatação com estudo que demonstrou que, na graduação em saúde, apenas 26% dos cursos de enfermagem das universidades públicas oferecem disciplinas que se referem às PICS. Na medicina, das 272 escolas médicas brasileiras, apenas 57 abordaram PICS em seus currículos nos últimos dez anos.

Outro estudo realizado por Baroni e Carvalho (2021), demonstra essa atuação das PICS nos cursos de graduação, evidenciando que sua implantação tem se dado de maneira lenta e heterogênea. Além disso, comprova que o número de cursos de saúde que tem em seu currículo formal o ensino das PICS é reduzido e, quando ofertadas, são apresentadas como disciplinas optativas.

Em contrapartida, o cenário internacional demonstra-se animador, sendo 46% dos médicos suíços, incluindo os da APS, possuem alguma formação em PICS. Os conteúdos abrangendo as PICS estão presentes em mais 80% das escolas médicas no Canadá, sendo Acupuntura e Homeopatia as mais difundidas. Além disso, são ensinadas em 40% dos cursos de medicina na União Europeia e em 64% das faculdades de medicina nos Estados Unidos (SILVA, 2021).

Para Azevedo e Pelicioni (2012), o papel das universidades na formação de recursos humanos para o trabalho em saúde é essencial, ofertando e disponibilizando disciplinas, pesquisas e experiências envolvendo as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, para que o estudante possa refletir, vivenciar e compreender que há outras diversas possibilidades de cuidado, além das ofertadas pelo modelo biomédico.

Diante do exposto, esta lacuna representa um importante desafio a ser superado para a ampliação da eficácia das PICS no SUS, haja vista que uma das diretrizes prevista na PNPIIC é o desenvolvimento de estratégias de qualificação para profissionais do SUS por meio da educação permanente.

Partindo-se desta problemática, e tomando como referente o ensino superior em saúde, este estudo se propõe a analisar a inserção das PICS nos currículos dos cursos de graduação em Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Medicina, Odontologia, e Psicologia de uma instituição pública de ensino superior.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo documental. O estudo foi realizado em uma universidade pública do estado da Bahia, que possui mais de 10 mil estudantes matriculados nos cursos de graduação, sendo a maior universidade do semiárido baiano e oferta seis cursos de Saúde.

Utilizou-se a pesquisa documental, tendo sido analisados os seguintes documentos:

- a) Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Enfermagem (BRASIL, 2018);
- b) Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Farmácia (BRASIL, 2017);

- c) Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Odontologia (BRASIL, 2021);
- d) Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Medicina (BRASIL, 2014);
- e) Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Educação Física (BRASIL, 2018);
- f) Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Psicologia (Brasil, 2023);
- e
- g) Projetos Pedagógicos desses cursos de saúde (NNN, 2015; 2017; 2018; 2023) disponibilizados nos sites dos respectivos cursos.

O processamento e análise dos dados se deu por meio da técnica de análise de conteúdo (MINAYO, 2010). A produção dos dados foi conduzida por meio de um roteiro, aplicado aos dois tipos de documentos (PPC e DCN dos cursos de saúde), visando extrair os conteúdos relativos às seguintes unidades de análise: concepção de saúde, abordagem do cuidado em saúde, elementos que remetem às PICS, PICS nas atividades de ensino, PICS nas atividades de extensão e PICS nas atividades de pesquisa. As informações obtidas a respeito de cada uma dessas unidades de análise possibilitaram a sistematização dos resultados em dois eixos centrais: Análise das Diretrizes Curriculares e Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

Por se tratar de documentos que devem estar disponíveis ao público, conforme Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011), o estudo não precisou ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise das Diretrizes Curriculares

A Resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Saúde, apresenta princípios gerais a serem incorporados nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da saúde, entre eles tem-se: defesa da vida e defesa do SUS; atendimento das necessidades sociais em saúde; integração ensino-serviço-gestão comunidade; trabalho interprofissional (BRASIL, 2017).

Tais princípios são elementos norteadores para o desenvolvimento dos currículos e das atividades didático-pedagógicas, que deverão compor o perfil dos egressos desses cursos vislumbrando o profissional da saúde com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva.

Com base neste referencial é pertinente analisar a concepção de cuidado em saúde presente nesses documentos. A concepção percebida em todas as DCN observadas, foi de uma abordagem preventiva e também promotora da saúde, com o foco no paciente e não na doença, nos âmbitos individual e coletivo, como podem ser visualizadas nos fragmentos a seguir:

A formação deve ser pautada [...], por meio de ações de prevenção de doenças, de promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como em trabalho de pesquisa e desenvolvimento de serviços e de produtos para a saúde. (DCN do curso de Farmácia).

O graduado em Medicina terá [...] capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo. (DCN do curso de Medicina).

Os profissionais de psicologia devem participar de processos de prevenção e promoção da saúde, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivos. (DCN do curso de Psicologia).

A concepção de saúde se articula com a abordagem do cuidado mencionada nas Diretrizes. Percebe-se um cuidado mais integral, que aborda a complexidade do indivíduo, devendo ser humanizado, considerando as necessidades sociais, direitos humanos e

colocando o ser humano como autônomo e singular, conforme pode-se ver nos fragmentos a seguir:

[...] [cuidado em saúde como] o conjunto de ações e de serviços ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade, que considera a autonomia do ser humano, a sua singularidade e o contexto real em que vive, sendo realizado por meio de atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças, e que possibilite às pessoas viverem melhor (DCN do curso de Farmácia).

[...] atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades. (DCN do curso de Psicologia).

Ainda que a concepção de saúde e de cuidado de saúde traga a ideia de promoção da saúde, que perpassa pela integralidade, tendo como referência as políticas públicas vigentes, as práticas integrativas e complementares em saúde aparecem de maneira tímida ou pouco clara nas DCN, como pode ser visualizado nos seguintes fragmentos:

Promover a humanização do cuidado à saúde de forma contínua e integrada, tendo em vista as demais ações e instâncias da saúde, de modo a desenvolver projetos terapêuticos compartilhados, estimulando o autocuidado e a autonomia das pessoas, famílias, grupos e comunidades [...] (DCN do curso de Odontologia).

[...] O prognóstico, segundo as melhores evidências científicas, as práticas culturais de cuidado e cura [grifo nosso] da pessoa sob seus cuidados e as necessidades individuais e coletivas. (DCN do curso de Medicina).

Apenas as DCN do curso de Farmácia explicitam claramente a expressão “práticas integrativas e complementares” no corpo do texto, enquanto uma competência profissional:

Prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares [grifo nosso], de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente. (DCN do curso de Farmácia).

Neste contexto, é importante destacar que o conhecimento e vivência em PICS permite aos egressos a ampliação de possibilidades no cuidado em saúde, além de permitir maior liberdade de escolha terapêutica, de acordo com o perfil e necessidades de cada indivíduo/comunidade (TESSER; LUZ, 2008; BARROS et al., 2011).

No geral, as DCN analisadas mencionam as PICS como elemento das práticas de ensino, com exceção dos cursos de Odontologia e Educação Física. A falta de menção nas DCN desses cursos chama atenção, especialmente por serem diretrizes recentes e publicadas após a instituição da PNPICS, que é de 2006.

É possível que a natureza da identidade profissional do curso de Educação Física, que tem muito presente a vertente da licenciatura, tenha dado uma dimensão mais genérica sobre sua perspectiva formativa. Entretanto, o projeto menciona de modo incipiente, dentre as habilidades, competências e perfil profissiográfico, uma visão histórico-crítica para atuação profissional em campos de promoção à saúde e educação em saúde, sem dar visibilidade à perspectiva de saúde defendida pelo curso, tão pouco suas práticas específicas direcionadas a esse campo.

A falta de inserção das PICS no ensino em saúde, no âmbito do SUS, contraria as instruções da Comissão Nacional de Saúde (CNS) para as DCN dos cursos de graduação na área da saúde. O CNS norteia a formação voltada para atuação e defesa do SUS, além da construção de componentes curriculares que integrem os fundamentos da promoção da saúde e seus determinantes, da Educação Popular em Saúde, e das Práticas Integrativas e Complementares como elementos preponderantes para a formação, possibilitando que os futuros profissionais estejam aptos para reorientar os serviços de saúde; promover a consolidação da autonomia dos sujeitos; a humanização e a integralidade na assistência à saúde (BRASIL, 2018).

Várias pesquisas revelam que os estudantes da área de saúde demonstram interesse nas PICS (GURGEL, 2021), o que pode estar justificado diante da compreensão

da possibilidade de contribuição das PICS para a eficácia de tratamentos, por promover uma relação mais humanizada com o paciente e por favorecer a integralidade do cuidado. Essas observações sobre os elementos relativos às PICS presentes, ausentes ou ainda incipientes nas DCN para os cursos de saúde analisados demonstram as lacunas ainda existentes no processo de formação em saúde, visando a integralidade do cuidado, numa perspectiva mais coerente aos princípios do SUS e, particularmente, das políticas relativas às PICS. Tal situação repercute, conseqüentemente, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)

A incipiente inserção das PICS nas diretrizes curriculares dos cursos analisados influencia diretamente no conteúdo dos PPC dos referidos cursos. As concepções de saúde e de cuidado em saúde presentes nesses documentos remetem à prevenção e promoção da saúde, com ênfase no indivíduo, família e comunidades, nos diferentes níveis de atenção, e ainda na educação em saúde, conforme pode-se verificar nos fragmentos a seguir:

[...] desenvolvimento de competências para identificar e analisar as necessidades de saúde do indivíduo, da família e da comunidade; planejar, executar e acompanhar ações em saúde. (PPC do curso de Farmácia).

Desenvolver [...] estratégias de produção do cuidado, de modos de vida saudáveis e sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida da população a partir de práticas corporais, atividades físicas, alimentação saudável, dentre outras ações, e de todo o processo de educação em saúde. (PPC do curso de Educação Física).

Tais fragmentos acenam para a possibilidade de integração das PICS na formação em saúde. Contudo, é sabido da hegemonia do modelo biomédico, ainda que em processo de transição para uma perspectiva mais abrangente e integral, o que pode dificultar a interação de elementos múltiplos no olhar amplo sobre a saúde (BARBONI; CARVALHO, 2021).

Desse modo, a análise dos PPC dos cursos de saúde revelou que, embora as PICS sejam reconhecidas no SUS como política pública de saúde estabelecida nacionalmente e, particularmente no âmbito do Estado do Bahia, ainda é incipiente a inserção das práticas em atividades de ensino e extensão.

Particularmente, quanto à inserção das PICS no ensino, apenas o curso de Farmácia, dentre os seis cursos analisados, oferta disciplinas de natureza obrigatória, relacionados a essa temática em sua estrutura curricular. Neste caso, tem-se as disciplinas de Homeopatia e Fitoterapia, duas práticas previstas na PNICS. Ademais, também oferta a disciplina optativa Plantas Medicinais e Alimentares.

O curso de Educação Física oferta a disciplina optativa Práticas Integrativas e Complementares para Diferentes Contextos Socioculturais; e o curso de Enfermagem oferta a disciplina Terapêuticas Não Convencionais, também optativa. De acordo com as ementas, a primeira aborda sobre Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde brasileiro, trazendo uma abordagem dinâmica e integrativa para compreensão de processos envolvendo a saúde e a doença; e a segunda apresenta concepções e práticas de homeopatia, massagem terapêutica, florais de Bach e Do In.

Por outro lado, de acordo com os PPC, os cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia não apresentam disciplinas, de natureza optativa ou obrigatória, em sua matriz curricular, relacionadas às PICS. Assim, estudantes desses cursos que tenham interesse em se aproximar dessa temática, precisam cursar as disciplinas ofertadas por outros cursos da instituição, já que as disciplinas optativas podem ser cursadas por todos os estudantes da universidade, ou buscar por cursos de extensão ou externos à universidade.

No que se refere às atividades de extensão relacionadas às PICS, constatou-se apenas os cursos de Farmácia e Educação Física, desempenham essas atividades. No

curso de Farmácia existe o Programa de Promoção do Uso Adequado de Plantas Medicinais e Fitoterápicos pela população dos municípios do semiárido baiano, institucionalizado e em desenvolvimento desde 2010; e o Programa TnC e Você: um programa de ensino e extensão em terapias complementares e integrativas, institucionalizado e em desenvolvimento desde 2013. Já no curso de Educação Física há uma vinculação ao programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), que oferta atividades diversas que integram as PICS (massoterapia, yoga, massagem relaxante, Tai Chi Chuan, danças circulares) muitas delas com participação de docentes e discentes do curso.

Quanto à inserção das PICS nas atividades de pesquisa, não foi encontrado nos projetos dos cursos investigados nenhum grupo de pesquisa que trabalhasse esse tema. Contudo, é possível que existam pesquisas sobre o tema, mas que não foram identificadas devido às limitações das fontes de evidências utilizadas nesse estudo. Além disso, tais experiências podem ter surgido após a institucionalização do PPC e, por este motivo, não encontram-se registradas nele.

A despeito dos resultados encontrados, é pertinente considerar que a PNPICS prevê o avanço de estratégias de capacitação para profissionais que atuam com as PICS no serviço público e também o incentivo à pesquisa científica e inserção de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2006). Este, porém, ainda parece ser um caminho longo a ser percorrido.

Os resultados deste estudo corroboram com outros já produzidos ao afirmarem que a inclusão das PICS nos cursos de graduação é lenta, havendo ainda um número reduzido de cursos de saúde que ministram essa temática em suas estruturas curriculares, que são muitas vezes optativas quando oferecidas (CORREA et al., 2018; TEIXEIRA, 2013).

Neste contexto, é possível afirmar que ausência ou insuficiência da oferta de conteúdos relacionados às práticas integrativas contribui para lacunas na formação dos profissionais, e interfere na capacidade de atuarem utilizando as PICS com autonomia e segurança, assim como na sua inserção nos serviços de saúde e na comunicação e colaboração com profissionais que atuam com diferentes processos de trabalho em saúde. Como consequência, a oferta de PICS nos serviços tende a tornar-se distanciada das necessidades da população (BARBONI; CARVALHO, 2021).

As evidências trazidas aqui permitem constatar que, na instituição analisada, a inserção das PICS vem ocorrendo de forma parcial, especialmente por meio do ensino na graduação e na extensão. Pondera-se, porém, que, particularmente, parte dos projetos pedagógicos analisados não estão coerentes às recomendações mais atuais das DCN, pois foram escritos em tempos distintos. Isso pode ter implicado na ausência de tais elementos nos projetos dos cursos. No entanto, a discussão trazida poderá fomentar reflexões no processo de discussão e atualização desses documentos pelos cursos.

Do mesmo modo, é importante ponderar a possível existência de iniciativas relacionadas à extensão e à pesquisa que não estejam mencionadas nos documentos analisados, pois podem ter sido criadas após o período de formalização desses documentos. Até mesmo porque a criação de projetos e programas é algo mais dinâmico e ocorre com frequência nas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo mostram a realidade de escassa ou inexistente incorporação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nos cursos de saúde da instituição de ensino analisada, corroborando com o resultado de outros estudos realizados em diferentes contextos acadêmicos no Brasil (CORREA et al., 2018; TEIXEIRA, 2013). Essa constatação reforça a presença de lacunas no processo formativo, em relação a este tema, com potenciais implicações para a consolidação da PNPIC nas práticas e nos serviços de saúde. A predominância de componentes optativos, aliada à fragmentação de conteúdo, revela a persistência do paradigma biomédico, evidenciando a urgência de uma

revisão nos fundamentos formativos para futuros profissionais de saúde, especialmente na perspectiva do Sistema Único de Saúde.

A despeito das limitações decorrentes do uso de fonte de evidência documental, os resultados obtidos suscitam reflexões sobre a formação em saúde, na perspectiva das práticas integrativas e complementares, e para a própria estruturação e redação dos PPC. Isso porque é possível que algumas iniciativas com essa temática tenham sido invisibilizadas no processo de pesquisa, haja vista que as DCN e PPC são documentos pouco dinâmicos, só cabendo atualizações num intervalo médio de tempo. Neste sentido, alguns PPC estavam desatualizados ou em fase de reestruturação em relação à DCN mais atualizadas. De todo modo, essas limitações não inviabilizam os resultados encontrados, pois expressam a necessidade de fortalecimento das PICS nos currículos. Ademais, sinalizam para futuras investigações, inclusive com o uso de outras fontes de evidência, sobre a inserção das práticas integrativas nas universidades brasileiras, bem como para o debate das reformas curriculares dos cursos de saúde.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. Trabalho, Educação e Saúde, v. 9, n. 3, p. 361-378, nov. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000300002>. Acesso em: 02 maio 2024.

BAHIA. Secretaria de Saúde. Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Bahia (PEPICS-BA). Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/PEPICS-Bahia-2020-Politica-Praticas-Integrativas.pdf>. Acesso em 03 mar. 2022.

BARBONI, V. G. D. A. V.; CARVALHO, Y. M. D. (2021). Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates. Saúde e Sociedade, v.30, n. 3, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200872> . Acesso em: 02 maio 2024.

BARROS, N. F.; SIEGEL, P.; OTANI, M. A. P. (orgs.). O ensino das Práticas Integrativas e Complementares: experiências e percepções. São Paulo: Hucitec, 2011. 172p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 569, de 8 de dezembro de 2017. Apresenta princípios gerais a serem incorporados nas DCN de todos os cursos de graduação da área da saúde, como elementos norteadores para o desenvolvimento dos currículos e das atividades didático-pedagógicas, e que deverão compor o perfil dos egressos desses cursos Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República; 2011 Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 30 out 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Resolução CNS nº 573, de 31 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Resolução CNS nº 06, de 19 de outubro de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro2017-pdf/74371-rces006-17-pdf/file>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Resolução CNS/CES nº 03, de 21 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-21-de-junho-de-2021-327321299>. Acesso em: 16 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Resolução 03, de 03 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.toledo.ufpr.br/porta1/wpcontent/uploads/2017/07/DCN-2014.pdf>. Acesso em: 9 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. Resolução CES/CNE nº 06, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2023-pdf/252621-rces001-23/file>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Resolução CNS nº 573, de 31 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 849, de 27 de março de 2017. Inclui a Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0849_28_03_2017.html. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/pics>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

CORREA, N.; SOARES, M. C. F.; MUCCILLO-BAISCH, A. L. Conhecimento do tema plantas medicinais e fitoterápicos como instrumento tecnológico na formação dos acadêmicos de enfermagem. *Vittalle*, v. 30, n. 2, p. 38-46, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/vittalle.v30i2.7496>. Acesso em: 12 out. 2020.

FILARDI, A. F. R.; PASSOS, I. C. F.; RAMALHO DE OLIVEIRA, D. Medicalização da vida nas práticas vinculadas à estratégia saúde da família. *Saúde Mental Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n2p421.10>. Acesso em: 12 fev. 2024.

GURGEL, L.G.D.; JESSÉ, A.R.; B, SILVA, D.M.A.; ALENCAR, P.S.L.L.; JORDÁM, A.P.W.; DANIEL, N.A.A. Práticas integrativas e complementares em saúde: interesse da comunidade acadêmica e os desafios do ensino médico. *Rev Bras Educ Med.* 2021; 45(04):e235. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.4-20210233>.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400030>. Acesso em: 02 maio 2024.

NASCIMENTO, M. C. et al. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16 n. 2, p. 751-772, maio/ago. 2018.

NNN. Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia. Feira de Santana-BA, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bdCOYSYiQ7tIucdbVjji6DDhTOqaUKg/view>.

NNN. Projeto Pedagógico para Reconhecimento do Curso de Medicina. Feira de Santana-BA, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1siEFT192oyUyrXFHv3A1MRalbZkFABPZ/view>.

NNN. Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem. Feira de Santana-BA, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dvZuEpD1mckcmvDYFavxOr40ca2fROza/view>.

NNN. Projeto Político Pedagógico do Curso de Farmácia. Feira de Santana-BA, (2023). Disponível em: http://www.farmacia.uefs.br/arquivos/File/PPC_Farmacia2023.pdf.

NNN. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física. Feira de Santana-BA, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1b8kWemG_eCjqsgZFhd3EQJ0HTCisuN9L/view.

PEREIRA, A. B. N. et al. “Harmonizar”: Práticas integrativas e complementares na extensão universitária. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 9. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18453>. Acesso em: 26 out. 2024.

SILVA, G. K. F. et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300110>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SILVA, P. H. et al. Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, p. 399-408, 2021.

TEIXEIRA, M. Z.; LIN, C. A. Educação médica em terapêuticas não convencionais. *Revista de Medicina*, v. 92, n. 4, p. 224-35, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v92i4p224-235>. Acesso em: 12 out. 2020.

TESSER, C. D.; LUZ, M. T. Racionalidades médicas e integralidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 1, p. 195-206, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000100024>. Acesso em: 07 jun. 2022.

WHO. World Health Organization. Traditional Medicine Strategy: 2014-2023. Hong Kong: WHO, 2013. 76 p. Disponível em: <http://apps.who.int/medicinedocs/en/m/abstract/Js21201e>. Acesso em: 07 jun. 2022.